



**Escala 6 x 1, vida, trabalho,
escolhas e eleições 2026
Quem são nossos aliados?**

Editorial . Página 2

**Eleições Sintsprev Ma 2026
Escolha da Comissão Eleitoral
Veja Edital de Convocação da
Assembleia na página 4**

**Abril e Maio de lutas,
vitórias e renovação
de esperanças**

**Dia do Trabalhador
e da Trabalhadora,
Conclat e Marcha da
Classe Trabalhadora**



SINTSPREVMA PRESENTE

**Tudo na
Página 3**



**NEGOCIAÇÕES EM BRASÍLIA
Nossa luta é aqui e lá!**

**CNTSS/CUT realiza audiência com
nova presidenta do INSS **Pág 6****

**Governo Federal convoca
servidores para balanço sobre
democratização das relações de
trabalho no serviço público **Pág 6****

**Câmara aprova urgência para o
PL da negociação coletiva no
setor público **Pág 10****



**ATENÇÃO COM O LEÃO
COMUNICADO
IMPORTANTE SOBRE
IMPOSTO DE RENDA
2026**

Página 5

**Faculdade Estácio
Novo convênio Sintsprev
para filiados e filiaadas
Aproveita!**



**APROVEITE A PARCERIA COM A ESTÁCIO E
CONQUISTE SEU DIPLOMA EM UMA INSTITUIÇÃO
LÍDER NO BRASIL.**

**GRADUAÇÃO PRESENCIAL
70% DE DESCONTO
ATE O FIM DA FACULDADE**

**GRADUAÇÃO SEMI PRESENCIAL
R\$ 179
NO PRIMEIRO SEMESTRE**

**GRADUAÇÃO DIGITAIS
R\$ 129
ATE O FIM DA FACULDADE**

**AO VIVO
R\$ 199
ATE O FIM DA FACULDADE**

EXCLUSIVO PARA SERVIDORES E DEPENDENTES

(98) 3214-6481

***Consulte os cursos, unidades e
exceções no regulamento da oferta,
no site da Estácio ou procure o
Sintsprev-Ma para mais informações**

INFORME JURÍDICO



**SINTSPREV/MA
REALIZA VISITA
TÉCNICA JURÍDICA
EM IMPERATRIZ
E AÇAILÂNDIA **Página 4****



**Situação das ações coletivas MS e INSS
Páginas 7 . 8 . 9**

Editorial

Escala 6 x 1 . Vida . Trabalho . Escolhas . Eleições 2026

QUEM SÃO NOSSOS ALIADOS?

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe o fim da escala 6x1 foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas, nesse momento, enfrenta um impasse no Senado Federal, onde a tramitação está travada por decisão do presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre (União-AP), muito provavelmente devido a pressão dos empresários.

A PEC nº 221, de 2019, que tramita no Congresso Nacional, foi aprovada na Câmara, após acordo entre o Governo Federal e a presidência da Câmara dos Deputados. Ela prevê o fim da escala 6x1, com dois dias de descanso semanal, um deles preferencialmente aos domingos, com redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial.

O texto prevê ainda regra de transição em duas etapas. Após 60 dias da promulgação da emenda constitucional, o limite cairá para 42 horas semanais, já com o repouso remunerado de dois dias por semana. Doze meses depois, o limite da jornada de trabalho será 40 horas semanais, garantindo um tempo para que as empresas se reorganizem.



Embora essa pauta não impacte diretamente a vida do servidor público que já trabalha na escala 5 x 2, ela interessa a todo o povo brasileiro. Como explica, Erik Chiconelli, pesquisador do Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora, da USP, **“quando o país discute quantas horas alguém deve permanecer à disposição do empregador, decide também quanto tempo restará para o restante de sua existência” – sono, lazer, cuidado, família...**

As entidades empresariais resistem, alegando mais custos, aumento dos preços e dificuldade na reorganização produtiva. Nota técnica do Ipea, de fevereiro de 2026, calcula, no entanto, que a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais elevaria em apenas 7,84% o custo médio da hora trabalhada celetista, com impacto inferior a 1% sobre o custo operacional dos grandes setores, como indústria e comércio. A análise compara esse efeito a reajustes históricos do salário mínimo, como o reajuste de 12% em 2001, que não produziu impacto negativo.

Para o pesquisador da USP, há um custo muito maior a se considerar: “o custo social da exaustão, que recai sobre o SUS pelo adoecimento físico e mental, sobre a Previdência pela invalidez precoce, sobre as famílias pela ausência prolongada e sobre as próprias empresas pela rotatividade, pelo absenteísmo e pelos acidentes”.

Segundo ele, *“a escala 6x1 não pesa de modo uniforme sobre a sociedade. Pesa mais sobre quem trabalha no comércio, em call centers, em serviços de limpeza e vigilância, em postos de atendimento, em supermercados e em redes de alimentação. Pesa mais sobre mulheres, que acumulam jornada doméstica e de cuidado, sobre jovens que tentam conciliar trabalho e estudo e sobre trabalhadores de baixa renda que enfrentam deslocamentos de duas a três horas diárias em grandes regiões metropolitanas.”*

Para Chiconelli, *o Brasil precisa decidir o destino dos ganhos da sua economia. Pode convertê-los apenas em produção e lucro, num ciclo de trabalho que adocece, isola e empobrece a vida. Ou pode convertê-los também em tempo de vida para quem trabalha, em saúde física e mental, em convivência familiar, em estudo, em participação política, em descanso.*

É uma escolha e nós optamos por uma vida além do trabalho. Esta é uma escolha que tem tudo a ver com as eleições 2026. Ela oportuniza que cada um e cada uma de nós analise a posição dos nossos representantes no Congresso sobre a escala 6 x 1, que diz muito sobre o que cada parlamentar e cada pré-candidato pensa sobre o mundo do trabalho, o valor da vida do trabalhador e o modelo de desenvolvimento econômico que queremos.

Isso sinaliza quem está do lado da classe trabalhadora, incluindo os servidores públicos, e quem não está do nosso lado. Por que votaríamos em nossos inimigos?

CONCLAT . MARCHA DA CLASSE TRABALHADORA . 1º DE MAIO

Todo Dia é Dia de Renovar e Fortalecer a Esperança

Faça
chuva,
faça
sol...



MARCHANDO, EM LUTA!

A **Marcha da Classe Trabalhadora** de 2026 ocorreu no dia 15 de abril de 2026, em Brasília, reunindo milhares de dirigentes e militantes.

Convocada pelas principais centrais sindicais, a mobilização teve como foco central a pressão política pelo fim da escala 6x1 e o avanço de uma nova agenda de direitos.

Durante o evento, foi entregue um documento com a agenda sindical e as principais reivindicações ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, tendo como pontos centrais:

- ✓ **Fim da Escala 6x1**
- ✓ **Direitos para Trabalhadores de Aplicativos, com regulamentação da categoria, proteção social e melhores condições de trabalho.**
- ✓ **Serviço Público: Regulamentação da Convenção 151 da OIT, que trata da negociação coletiva para o setor público.**
- ✓ **Trabalho Decente: Valorização permanente do salário mínimo, geração de empregos de qualidade e combate à precarização/pejotização.**



Nosso Sindicato participou ativamente das atividades referentes ao Dia do Trabalhador e da Trabalhadora que, em 2026, começou mais cedo com a realização da Conclat e da Marcha da Classe Trabalhadora, em abril.

O Sintsprev-Ma levou sua delegação à Brasília nos dias 14 e 15 de abril, onde marchamos sob muito sol, na Esplanada dos Ministérios com companheiros de diversas categorias e de todos os cantos do Brasil. Depois, o Sindicato marcou presença no Ato do 1º de Maio, na Praça João Lisboa, no dia 30 de abril, debaixo de muita chuva. Dentre outras pautas, o carro chefe do ano foi a luta pelo fim da escala 6 x 1 (*leia editorial na página 2*).

SINTSPREV-MA PRESENTE!



CONCLAT 2026

A **Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat) 2026** foi realizada em Brasília, no dia 15 de abril, com a aprovação da Pauta da Classe Trabalhadora 2026–2030.

A pauta foi construída de forma conjunta pelas centrais sindicais, tendo como eixo central, a defesa dos direitos, da democracia e de um projeto de desenvolvimento nacional com valorização do trabalho. A pauta também aponta diretrizes para o período de 2027 a 2030, com foco em desenvolvimento com justiça social, ampliação de direitos e fortalecimento das políticas públicas.

Cerca de 10 mil trabalhadores e trabalhadoras participaram da Conclat. Após a plenária, os participantes seguiram em marcha pela Esplanada dos Ministérios para entregar a pauta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos presidentes do Congresso Nacional.

CUT, CNTSS e seus sindicatos filiados, inclusive o Sintsprev Maranhão, estiveram presentes, ajudando a construir e a fortalecer o encontro e a marcha.

É ATENDIMENTO JURÍDICO CHEGANDO PRA MAIS GENTE

SINTSPREV/MA REALIZA VISITA TÉCNICA JURÍDICA EM IMPERATRIZ E AÇAILÂNDIA

O Sintsprev/MA realizou visita técnica da Assessoria Jurídica nos municípios de Imperatriz e Açailândia, nos dias 06 e 07 de maio, respectivamente, com atendimento voltado aos servidores ativos e aposentados sindicalizados.

A ação integrou-se ao plano de expansão estratégica das atividades de assessoria jurídica da entidade, visando oportunizar orientação técnico-legal aos associados nas regiões do interior do Estado.

A ação contou com a participação da advogada da Assessoria Jurídica do Sintsprev/MA, Dra. Thamires Rodrigues Guimarães, e dos diretores da Secretaria de Assuntos Jurídicos, Luís Nascimento Pereira e Rosemary Durans.

A equipe ficou responsável pela análise de questões jurídicas específicas e pela coordenação das orientações prestadas aos servidores.

Durante os atendimentos, foram esclarecidas dúvidas dos servidores sobre processos individuais existentes em seus nomes, além de informações relacionadas aos processos coletivos em andamento. Também foram prestados esclarecimentos sobre a atual gestão da Geap, e outras questões relacionadas ao plano.

As visitas foram avaliadas de forma extremamente positiva, destacando a importância da presença do Sindicato nos locais de trabalho para fortalecer a interação entre a entidade sindical e sua base.

A iniciativa possibilitou que os servidores esclarecessem suas dúvidas diretamente com a equipe jurídica e a direção do sindicato, estabelecendo um canal direto de comunicação entre a assessoria especializada e os associados.

A presença da direção do Sintsprev/MA no interior do Maranhão atende, ainda, a uma demanda recorrente dos servidores, que cobravam maior aproximação e atuação presencial do Sindicato nos locais de trabalho nas demais regiões do Estado.

Esta iniciativa reafirma o compromisso institucional da gestão do Sintsprev Maranhão com a defesa dos direitos e interesses dos servidores públicos federais, ampliando o acesso à orientação jurídica especializada e fortalecendo a representatividade sindical por todo o Estado.



ELEIÇÕES SINTSPREV/MA 2026

Assembleia Geral irá eleger Comissão Eleitoral

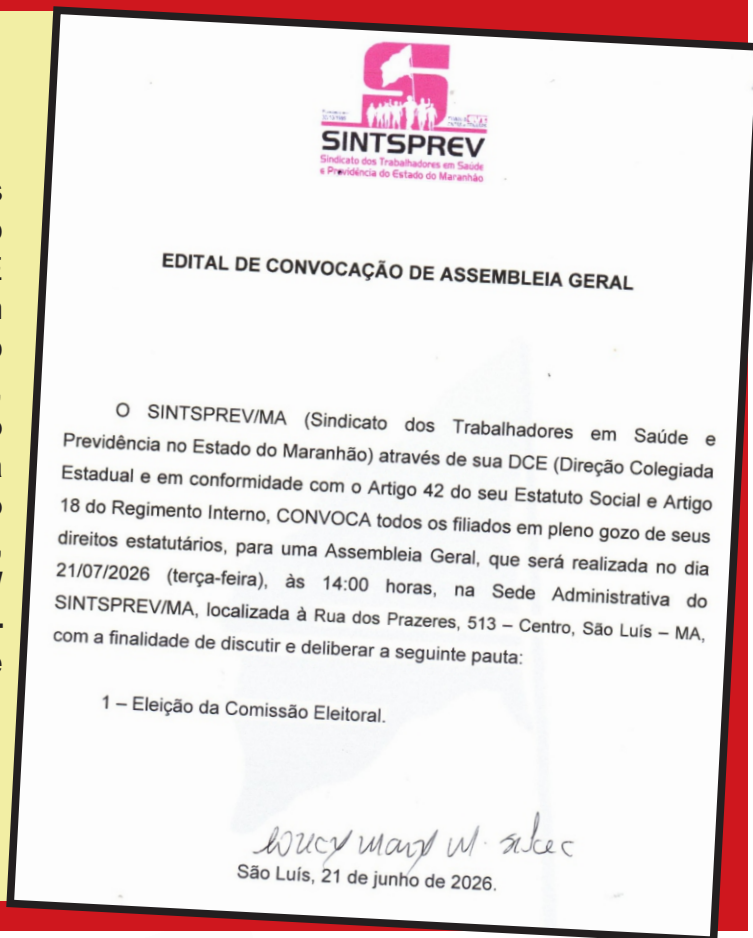
SINTSPREV-MA EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

O SINTSPREV/MA (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado do Maranhão) através de sua DCE (Direção Colegiada Estadual e em conformidade com o Artigo 42 do seu Estatuto Social e Artigo 18 do Regimento Interno, **CONVOCA todos os filiados em pleno gozo de seus direitos estatutários**, para uma Assembleia Geral, que será realizada no dia 21/07/2026 (terça-feira), às 14:00 horas, na Sede Administrativa do SINTSPREV/MA, localizada à Rua dos Prazeres, 513 - Centro, São Luís - MA, com a finalidade de discutir e deliberar a seguinte pauta:

1 - Eleição da Comissão Eleitoral.

São Luís, 21 de junho de 2026.

Lucy Mary M. Silva



ATENÇÃO

COMUNICADO IMPORTANTE SOBRE IMPOSTO DE RENDA 2026

A Assessoria Contábil do Sintsprev Maranhão percebeu e alertou sobre divergências entre as informações da fonte pagadora e as informações que constam na Base de dados da Receita Federal.

A possível razão da divergência se dá pela extinção da DIRF (Declaração do imposto de renda Retido na Fonte) e a implantação da EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais).

A DIRF era uma Declaração realizada anualmente com comprovante de rendimento gerado pelo próprio aplicativo tanto para a RFB quanto ao contribuinte, enquanto que a REINF é uma declaração mensal que não gera comprovante de rendimento, sendo esse gerado pelo sistema de processamento de folha de pagamento da própria fonte pagadora.

Os casos de inconsistências que detectamos com mais frequência são:

- Diferença de Rendimentos Tributáveis
- Diferença de Rendimento não Tributáveis

- Diferença nas informações de Despesas com Saúde
- Diferença na nomenclatura e CNPJ da fonte pagadora

Esclarecemos, de antemão, que os devidos ajustes podem se dar de duas formas: ou o contribuinte faz a Declaração Retificadora ou aguarda a notificação da Receita e apresenta os comprovantes recebidos da fonte pagadora ou das demais despesas apontadas em sua declaração de Imposto de Renda.

Recomenda-se ainda que os contribuintes realizem uma verificação com a senha Gov.br para verificar se há divergências em sua declaração.

Para esclarecimentos, **contate-nos através do email: sintsprevmaranhao2024@gmail.com colocando como assunto da mensagem "IMPOSTO DE RENDA 2026"**.

A Assessoria Contábil SintsprevMa

Dirigentes da CNTSS/CUT realizam audiência com nova presidenta do INSS

Lideranças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT) se reuniram no dia 26 de maio, em Brasília, com a nova presidenta do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ana Cristina Viana Silveira, com objetivos de reafirmar a pauta de interesse dos servidores e servidoras e cobrar os desdobramentos das demandas que vêm sendo discutidas junto ao Instituto.

Na ocasião, os dirigentes sindicais entregaram o Ofício nº 22/2026, contendo as principais reivindicações dos trabalhadores. O documento protocolado é resultado das discussões realizadas entre as entidades estaduais filiadas à Confederação.

O texto reúne as principais pautas discutidas com o INSS nos últimos meses, contemplando aspectos estruturais, funcionais, administrativos e de valorização profissional, tudo reunido em 19 itens, fundamentais para garantir não apenas melhorias nas condições e relações de trabalho, mas também para garantir melhor qualidade dos serviços prestados à população (*confira a íntegra do documento no site da CNTSS*).

Podemos destacar aqui: Questões de caráter macroestrutural, como carreira do Seguro Social, concurso público, melhorias nas condições de trabalho, segurança institucional, política de saúde do trabalhador, retomada do atendimento presencial, fortalecimento do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, definição de critérios para o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB) e cooperações técnicas.

A pauta também apresentou temas cotidianos imediatos, como auxílio-transporte, auxílio-nutrição, GEAP, verba de insalubridade, anistia referente à gre-



ve de 2024, retomada do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), necessidade de que instruções normativas sejam debatidas no Comitê Gestor Nacional da Avaliação de Desempenho (CGNAD), reavaliação da centralização dos contratos administrativos e grupos de trabalho para análise de processos, entre outros.

No campo dos serviços previdenciários, o documento cobra a continuidade dos Comitês de Processos de Trabalho e de Serviços Previdenciários. Também reivindica um compromisso para que não ocorra a retirada dos assistentes sociais da reabilitação profissional. Aqui, é importante destacar que, em 21 de maio, a Confederação e seus sindicatos filiados, por meio de nota, manifestaram-se contrários a essa medida, que visa à realocação desses profissionais para comporem a equipe do Serviço Social Previdenciário.

A avaliação dos dirigentes sindicais é que a audiência foi positiva, um momento em que a CNTSS/CUT reafirmou sua disposição para o diálogo institucional permanente e cobrou efetivamente respostas.

Matéria de José Carlos Araújo/ Imprensa da CNTSS/CUT, editada com cortes pela Comunicação Sintsprev/MA



A edição do nosso jornal é trimestral, mas o mês das Mães não passou pra nós.

Afinal, como o poeta Carlos Drummond eternizou:

“Mãe não tem limite, é tempo sem hora, luz que não se apaga quando sopra o vento e chuva desaba...”.

Parabéns!

Governo Federal convida servidores para balanço sobre democratização das relações de trabalho



O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) formalizou um convite oficial ao Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), em junho, para o evento institucional “Democratização das relações de trabalho no serviço público”, com objetivo de fazer um “balanço das principais entregas do Governo Federal às pessoas servidoras públicas, viabilizadas pela retomada do diálogo democrático”.

Para o Fonasefe, “a reinstalação oficial da Mesa Nacional de Negociação Permanente foi, de fato, um importante avanço para o diálogo. As negociações entre Governo e servidores federais sofreram um ‘apagão’ nos governos desastrosos de Temer e Bolsonaro, com suspensão das mesas por cerca de 6 anos”. As mesas de negociação foram reinstaladas em fevereiro de 2023, após a posse do Governo Lula.

No entanto, o Fórum destaca que ainda é preciso avançar muito nos métodos, pautas e cumprimento do cronograma de reuniões pactuado. Há um intervalo muito grande entre as reuniões.


INFORME JURÍDICO
Relatório Ações Coletivas
**ESCRITÓRIO MACIEIRA, NUNES E ZAGALLO/
ASSESSORIA JURÍDICA SINTSPREV-MA**
Nos quadros abaixo:

[TRF1] refere-se aos processos que estão no Tribunal Regional Federal de 1ª Região pendentes de apreciação de recurso.

[CALC] refere-se aos processos que estão em fase de elaboração de cálculos para prosseguimento da execução.

[EXT] refere-se aos processos que já se encontram arquivados.

[SUSP] refere-se aos processos que se encontram suspensos, aguardando trâmite de outras ações diretamente relacionadas aos mesmos.

PROCESSOS COLETIVOS DO SINTSPREV - INSS

PROCESSO	OBJETO	STATUS	VARA
0004210-67.2012.4.01.3700	Execução de sentença em processo que discutiu a legalidade de descontos a título de Plano de Seguridade Social – PSS (Aposentados). Processo originário n. 1999.37.00.001390-6	A União não se opôs à atualização dos cálculos apresentada pelo sindicato. Aguardando expedição de RPV.	5ª
0007681-72.2004.4.01.370000	Índice de 28,86%	Em fase de Execução de sentença. Arquivado provisoriamente enquanto tramita o recurso (n. 0000289-52.2002.4.01.3700).	5ª
00289-52.2002.4.01.3700	Índice de 28,86%	[TRF1] Recurso apresentado pelo INSS contra sentença que julgou procedentes os pedidos do Autor. Negados os embargos de declaração do INSS. Atualmente aguarda julgamento.	5ª
0006652-11.2009.4.01.3700	Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social	[TRF1] Os cálculos de quem já entregou documentos estão sendo elaborados.	3ª
0042362-19.2014.4.01.370000	Revisão da Progressão de Regime dos servidores vinculados à Previdência Social	[TRF1] Cumprimento de sentença encerrado. Novas entregas de documentos serão analisadas individualmente.	5ª
07591-25.2008.4.01.3700	Imposto de renda sobre abono de permanência	[TRF1] Processo encerrado. Os cumprimentos de sentença estão sendo pagos.	3º
0006050-20.2009.4.01.3700 (Em migração)	Jornada de trabalho dos servidores do INSS (30h)	[TRF1] Recurso apresentado pelo Réu contra sentença que julgou os pedidos procedentes. Apelação do INSS julgada improcedente. Aguarda julgamento do Resp.	3ª
0006124-74.2009.4.01.3700 (Em migração)	O processo discute a jornada de trabalho dos servidores do INSS	[TRF1] A sentença foi julgada improcedente. Mantida a sentença no 2º grau e transitada em julgado.	3ª
0008664-61.2010.4.01.3700	Processo que versa sobre a incidência de Plano de Seguridade Social sobre 1/3 de Férias	[TRF1] Negado seguimento ao Recurso extraordinário da Fazenda Nacional. Transitou em julgado em dez 2022. União intimada para comprovar o cumprimento da obrigação.	5ª


PROCESSOS COLETIVOS DO SINTSPREV - CONTINUAÇÃO INSS

PROCESSO	OBJETO	STATUS	VARA
0825883-64.2017.8.10.0001	Reajuste da GEAP – ano de 2017	O FERJ já comunicou que houve a transferência do valor depositado pelo Sindicato equivocadamente. Exaurido o objeto do cumprimento de sentença.	V. Interesses Difusos e Coletivos
1025478-19.2019.4.01.3700	Correção Monetária utilizada para cálculo de FGTS (TR)	Processo encerrado. Tese do STF: não há recomposição retroativa de perdas.	3ª
0003056-77.2013.4.01.3700	Aposentadoria especial e tempo especial de serviço dos servidores do INSS	[TRF1] O Processo foi julgado procedente para os Pedidos do Autor. Negada apelação da UNIÃO. Interposto Recurso Especial. Aguarda Julgamento.	13ª

PROCESSOS COLETIVOS DO SINTSPREV - MINISTÉRIO DA SAÚDE

PROCESSO	OBJETO	STATUS	VARA
0009727-29.2007.4.01.3700 (Em migração pro Pje)	Execução de sentença no processo que trata sobre desconto de Plano de Seguridade Social para servidores na ativa. Processo originário n. 1999.37.00.001392-1	[TRF1] O processo se encontra no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Conclusos para decisão. Redistribuído.	6ª
0001699-38.2008.4.01.3700	Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho.	[TRF1] Processo transitou em julgado. Está sendo feito levantamento de quais servidores já tem execução individual.	
0001056-41.2012.4.01.3700 (Em migração pro Pje)	Anulação do ato administrativo que determinou a supressão das vantagens pagas sob a rubrica VPNI IRREDREMART37 XV CFAP (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada)	[TRF1] Recurso apresentado pelo Réu contra sentença que julgou os pedidos procedentes. Concluso para decisão.	3ª
1999.3700.002587-5	Anuênios	Cumprimentos de sentença em andamento. As decisões têm sido favoráveis, contudo, a UNIÃO tem agravado.	6ª
0006102-84.2007.4.01.3700	Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho	[TRF1] Negado seguimento ao recurso especial da União. Trânsito em julgado. Em tramitação no STF para julgamento do Agravo da parte contrária.	6ª
0007591-25.2008.4.01.3700	Imposto de renda sobre abono de permanência	Processo encerrado. Os cumprimentos de sentença estão sendo pagos.	3ª
0003685-90.2009.4.01.3700	Anulação do ato que suprimiu o adicional de Insalubridade	[TRF1] Apresentamos contrarrazões à Apelação da União. Conclusos para decisão (remetido para o tribunal).	13ª
000478058.2009.4.01.3700	Mandado de segurança coletivo que discute a ilegalidade de descontos de adicional	[TRF1] O Resp interposto pela União não foi conhecido pelo STJ. Processo arquivado.	5ª
0006824-50.2009.4.01.3700	Processo que versa sobre a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde.	[TRF1] A sentença foi julgada improcedente. Acórdão do TRF/1ª Reg anulou a sentença que julgou improcedente o pedido dos autores. Está sendo feito levantamento de quais pessoas deram entrada em processos individuais.	3ª



INFORME JURÍDICO - continua

PROCESSOS COLETIVOS DO SINTSPREV - MINISTÉRIO DA SAÚDE (continua)

PROCESSO	OBJETO	STATUS	VARA
0008664-61.2010.4.01.3700	Processo que versa sobre desconto sobre a folha de salário	Juntamos em 27/01/23 petição de cumprimento de sentença e realizado pedido de que a União comprove o cumprimento da obrigação de fazer.	5ª
0004210-67.2012.4.01.3700	Contribuições Sociais	A União não se opôs à atualização dos cálculos apresentada pelo sindicato. Aguardando expedição de RPV.	5ª
0001055-56.2012.4.01.3700	O processo discute a legalidade da supressão de adicional de insalubridade de servidores vinculados a Ministério da Saúde cedidos ao Estado do MA (Hospital Pam Diamante)	[TRF1] A sentença foi julgada improcedente. Aguardando o julgamento de apelação pelo Tribunal Regional Federal de 1ª Região. Concluso para decisão. Redistribuído por sorteio em razão de criação de unidade judiciária.	5ª
0003394-08.2013.8.10.0001	Reajuste da GEAP – ano de 2012	Os pedidos do Autor foram julgados improcedentes. Processo encerrado.	V. Interesses Difusos e Coletivos
0825883-64.2017.8.10.0001	Práticas Abusivas - Reajuste da GEAP – ano de 2017	O processo se encontra concluso para decisão do juízo. Fora juntado despacho de processo diverso. Processo encerrado.	V. Interesses Difusos e Coletivos
0041650-63.2013.4.01.3700	Adicional por plantão hospitalar	[TRF1] Aguardando julgamento da Apelação do Sindicato. Conclusos para decisão desde 08/2022. Redistribuído por sorteio em razão de criação de unidade judiciária.	13ª
1025478-19.2019.4.01.3700	Correção Monetária utilizada para cálculo de FGTS (TR)	Processo encerrado. Tese do STF: não há recomposição retroativa de perdas.	3ª

DEMAIS AÇÕES

- **PIS/PASEP** - As ações serão protocoladas apenas após o julgamento da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça, caso a decisão seja favorável. Atualmente todos os processos que versam sobre PIS/PASEP encontram-se suspensos por determinação judicial.
- **AÇÃO FENASPS E SINTSPREV/MA SOBRE GEAP** – Processo n. 1068097-54.2020.4.01.3400, em trâmite em Brasília. Ainda não houve apreciação do pedido liminar no processo. Parecer do MP manifestando-se pela parcial procedência dos pedidos.
- **PROCESSO DE 3.17 (MS/INSS)** – Não há mais possibilidade de novos ingressos. Os cumprimentos de sentença estão tramitando.
- **PROCESSO DE 28,86% (MS)** – Não há mais possibilidade de novos ingressos. Os cumprimentos de sentença estão tramitando.
- **AÇÃO DE ABONO DE PERMANÊNCIA NA BASE DE CÁLCULO DE ADICIONAL DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO DO SERVIDOR** – Estão sendo recolhidas as ações de quem recebeu abono nos últimos 5 anos.

Reunião da Mesa Setorial do MTE traz avanços nas pautas dos servidores do Ministério

Na primeira quinzena de abril, a CNTSS desenvolveu atividades em Brasília, voltadas para os interesses dos trabalhadores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - em alguns estados, parte dos companheiros da nossa categoria estão lotados nesse ministério.

Teve reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja pauta principal foi a cobrança da apresentação de propostas de melhorias das condições e das relações de trabalho nas Agências de Atendimento e nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs), devido a várias denúncias de assédio moral. Os representantes do MTE se comprometeram a avançar com alguns encaminhamentos e priorizar o combate ao assédio no Ministério e suas superintendências e agências.

No Parlamento - os dirigentes sindicais visitaram também parlamentares na Câmara Federal que estão conduzindo as discussões sobre o Projeto de Lei nº 2677/2025, que trata da criação da Política Pública de Mediação de Conflitos Individuais de Trabalho nos âmbitos privado e público.

Fonte: Assessoria de Imprensa da CNTSS/CUT

Câmara aprova regime de urgência para o PL da negociação coletiva no setor público

A Câmara dos Deputados aprovou no último 9 de junho, requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei (PL) 1.893/2026, que trata da regulamentação da negociação coletiva para servidores públicos.

Com a aprovação, a proposta passa a tramitar em regime de urgência, o que acelera sua análise e permite que seja levada ao plenário para votação em um prazo mais curto, sem passar por comissões.

A regulamentação da negociação coletiva é uma reivindicação histórica dos servidores públicos. A proposta busca estabelecer mecanismos mais claros para o diálogo entre trabalhadores e administração pública sobre temas relacionados às condições de trabalho, remuneração e direitos da categoria.

O Coletivo das Três Esferas da CUT acompanha atentamente a tramitação da proposta. É fundamental que todos os servidores sigam mobilizados em defesa da aprovação do projeto como forma de garantir mais segurança jurídica e ampliar os instrumentos de negociação no setor público.

Fonte: Condsef

Faculdade Estácio

Novo convênio Sintsprev/Ma para filiados e filiaadas → → →

Aproveite! E, se não é filiado/a ainda, tá esperando o quê?!!!



APROVEITE A PARCERIA COM A ESTÁCIO E CONQUISTE SEU DIPLOMA EM UMA INSTITUIÇÃO LÍDER NO BRASIL.

GRADUAÇÃO PRESENCIAL
70% DE DESCONTO
ATE O FIM DA FACULDADE

GRADUAÇÃO SEMI PRESENCIAL
R\$ 179 /MÊS
NO PRIMEIRO SEMESTRE

GRADUAÇÃO DIGITAIS
R\$ 129 /MÊS
ATE O FIM DA FACULDADE

AO VIVO
R\$ 199 /MÊS
ATE O FIM DA FACULDADE

EXCLUSIVO PARA SERVIDORES E DEPENDENTES

☎ (98) 3214-6481

*Consulte os cursos, unidades e exceções no regulamento da oferta, no site da Estácio ou procure o Sintsprev Ma para mais informações



SINTSPREV-MA

Rua Silva Jardim, nº 513 - Centro
São Luís-Maranhão

Tel: (98) 3232 1937 | Cel: (98) (98) 98889 0006
Email: sintsprevma@veloxmail.com.br

GESTÃO 2022/2026
UNIDADE, TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

SEC. DE ORGANIZAÇÃO

Euzamar Alves Rêgo
Grenilda de Jesus Silva Saraiva
Neuza Cristina Oliveira Froz

SEC. DE FORM. E POL. SINDICAL

José Ribamar Carvalho Novaes
Maria Julia Reis Nogueira
Maria Mirian Penha Leal

SEC. DE COMUNICAÇÃO

Eliete Socorro Matos Ribeiro
Gina Milse da Silva Sampaio
Maria Raimunda Sobrinho Rudacoff

SEC. DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Luís Nascimento Pereira
Rosemary Santos Durans
Wagner Machado Spindola Brandão

SEC. DE SEGURIDADE SOCIAL

Luzia Cardoso Ferreira
Maria Odete Araújo Campos
Mary Junia Barros Pereira

SEC. DE POL. SOCIAIS E CULTURA

Antônio Luís Andrade Soares
Joel Silva Costa
Maria das Graças Correia Câmara

SEC. DE ADM. E FINANÇAS

Lucy Mary Martins Silva
Margaridade Jesus Santos da Costa
Wilmar Lopes Ferreira

SEC. DE APOSENTADOS

Adelaide Regina C. Perdigão Vaz
Clenir Matos Viana
Maria da Conceição Araújo Gomes

SEC. DA JUVENTUDE

Genivaldo Cunha da Rocha
KésiaCristyne Silva Santana
Silvia Cristina Sá Lessa

SUPLENTE DA DIRETORIA

Aldecy Moraes Ribeiro
Francisco José Caldas Carvalho
Cacilda Cunha Castro
Laudineia Santos do Nascimento
José de Ribamar Lopes Ferreira
Maria daGraças Souza de Lima
Silvia Cristina Lopes Ferreira

CONSELHO FISCAL

Jucileide de Jesus Ferreira Oliveira
Maria das Dours Barros
Maria Vitória Silva Andrade

SUPLENTE DO CONS. FISCAL

Gercina Dalva G. de Sá Menezes
Marco Aurélio Barros Araújo



informa
SINTSPREV-MA

Redação, Revisão e Edição:
Elziene Lobato e Aracéa Carvalho
Projeto Gráfico/Editoração Eletrônica:
Aracéa Carvalho